

Realização

AUDITORIA

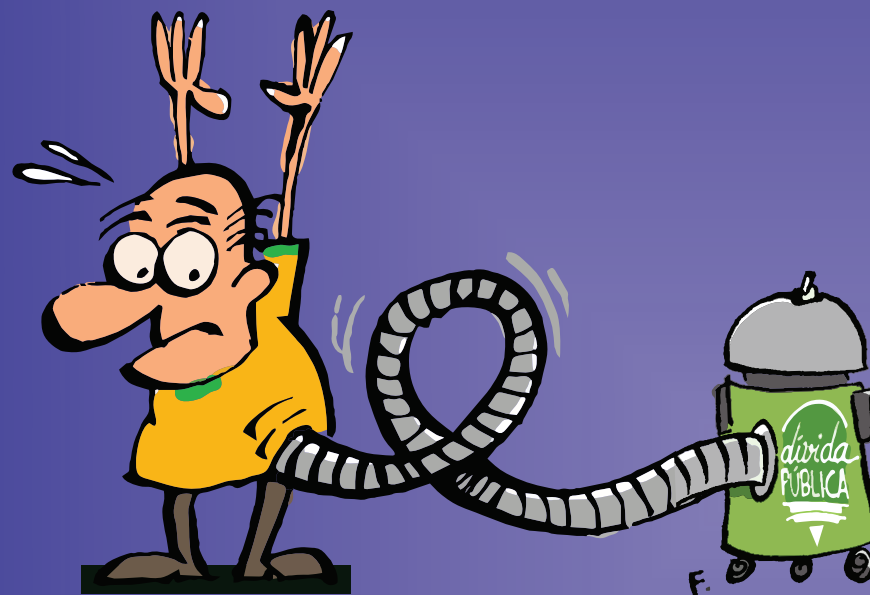
CIDADÃ DA DÍVIDA

43,94% 56,06%

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

NÚCLEO ACD/SC

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



Talvez você nunca tenha ouvido falar na Dívida Pública, mas com certeza sabe o que é estar devendo. A Dívida Pública é o quanto o Setor Público (Direto, Indireto, Federal, Estadual, Distrital ou Municipal) deve para instituições financeiras públicas e privadas no mercado financeiro interno e externo.



Em setembro de 2000, diversas entidades, especialmente a campanha Jubileu Sul, realizaram o Plebiscito Popular sobre a Dívida Externa no Brasil. Nessa data, em 3.444 municípios, 6.030.329 cidadãos participaram e mais de 95% votaram NÃO à manutenção do acordo com o FMI; NÃO à continuidade do pagamento da Dívida Externa sem a realização de auditoria prevista na Constituição; e NÃO à destinação de grande parte dos recursos aos especuladores

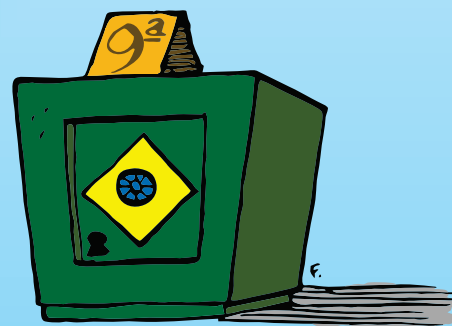


Esse endividamento tem consumido a maior parte dos recursos do nosso país. É como se você gastasse quase a metade de sua renda com o pagamento a um agiota. Isto acontece todo ano. Em 2016, dados oficiais do Orçamento Geral da União mostram que 43,94% dos recursos foram destinados ao pagamento de juros e amortizações da dívida. São mais de R\$ 1,13 trilhão para Dívida Pública.



E o pior não é isso! A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Dívida Pública, concluída em 2010, apontou irregularidades e ilegalidades no processo de endividamento público tanto federal, quanto dos estados e municípios. Comprovou a falta de transparência e documentação de dívidas contraídas desde a década de 70, durante o período da Ditadura Militar.

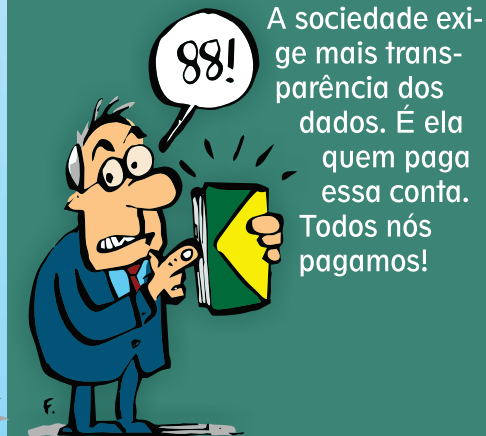
Mesmo sendo a 9ª potência mundial, tendo impressionantes riquezas naturais e humanas, nosso país ainda possui pessoas em situação de miséria, fome e até falta de serviços públicos básicos. E o governo ainda quer cortar mais direitos sociais.



A CPI da Dívida apurou também o abuso na elevação dos juros "flutuantes" pelos próprios credores (década de 70), o que é ilegal, segundo o Direito Internacional. Além da prática de juros sobre juros ("anatocismo"), vedada pela Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal. Faltam documentos, contratos e até conciliação de cifras na Dívida. A CPI mostrou que grande parte dos juros é contabilizada como amortização, ferindo o art. 167, III, da Constituição. Verbas que poderiam ir para Saúde, Educação, Trabalho, Previdência, etc. Mostrou que dívidas privadas (de empresas multinacionais e bancos) foram transformadas em dívidas públicas e a obrigação passou a

AUDITORIA DA DÍVIDA JÁ

A Auditoria da Dívida foi prevista no Art. 26 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) da Constituição Federal de 1988, mas até hoje não foi realizada.

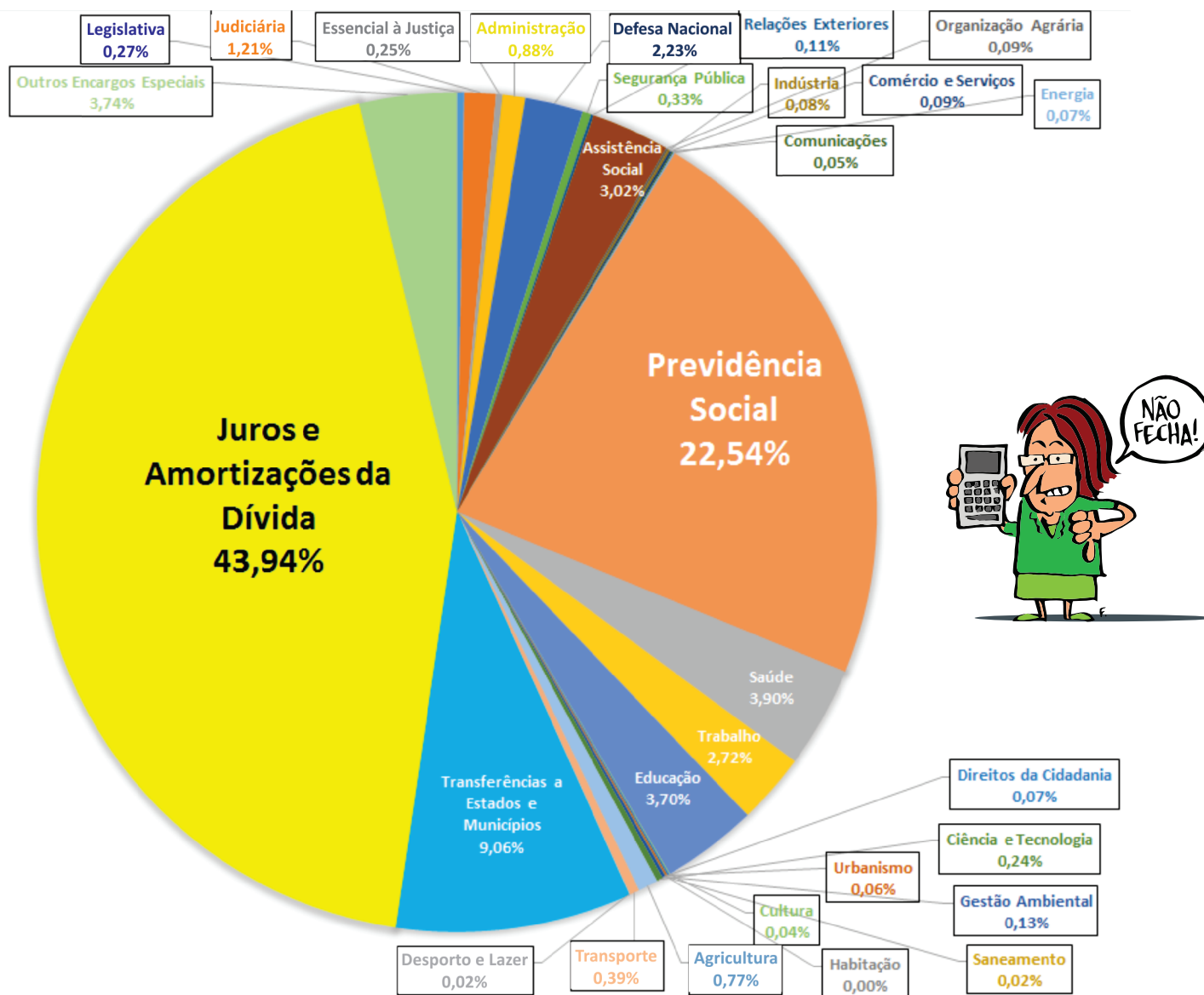


ser do Banco Central! Dívidas com fortes suspeitas de prescrição foram "ressuscitadas" em questionável operação realizada em paraíso fiscal, sendo que os papéis resultantes dessa transformação foram aceitos como moeda para comprar empresas brasileiras submetidas à privatização na década de 90!



Orçamento Geral da União 2016 Executado (pago), por Função

Total = R\$ 2,572 TRILHÕES



Essa distribuição de recursos do país é definida anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A proposta é elaborada pelo presidente da República e enviada ao Congresso Nacional para votação, e em seguida retorna para sanção presidencial. A crise da dívida atinge também todos os estados e diversos municípios, que passam por sérias dificuldades para atender os compromissos com servidores e a população. Essa crise decorre principalmente das onerosas condições impostas pela União aos estados, no final da década de 90, em "refinanciamento" que seguiu parâmetros ditados pelo FMI (Lei no 9.496/97).

Uma auditoria integral, técnica e cidadã da Dívida permitirá conhecer não só os aspectos legais e contábeis, mas também quem se beneficiou, quais fatores influenciaram no seu crescimento e onde foi aplicado o dinheiro público. Auditorias já realizadas antes de 1988 demonstraram que a Dívida Pública é utilizada pelo sistema bancário internacional. Existe um sistema vicioso e contínuo que exige novas dívidas para pagamento das anteriores, conhecido por rolagem da Dívida.



Fonte: <http://www.camara.gov.br/internet/orcament/bd/exe2016mdb.EXE>

Nota 1: Inclui o "refinanciamento" ou "rolagem" da dívida, pois o governo inclui neste item grande parte dos juros pagos.

Nota 2: Os Juros e Amortizações da Dívida representam os itens "Juros e Encargos da Dívida" e "Amortização da Dívida", ou seja, os GNDs 2 e 6, e foram desmembrados da Função "Encargos Especiais"

Nota 3: As "Transferências para Estados e Municípios" representam o total do Programa "0903 – Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica", e também foram desmembradas da Função "Encargos Especiais"

Nota 4: O restante da função "Encargos Especiais" foi representada no gráfico como sendo "Outros Encargos Especiais", e incluem, principalmente, o pagamento de Sentenças Judiciais, ressarcimento ao INSS (das desonerações tributárias) e financiamentos ao setor produtivo.

SISTEMA DA DÍVIDA

Investigações realizadas pela Auditoria Cidadã da Dívida têm demonstrado que, ao contrário de aportar recursos, a chamada Dívida



Pública tem sido utilizada como uma engrenagem que continuamente retira e transfere recursos para o mercado financeiro nacional e internacional. Esse funcionamento às avessas do endividamento público passou a ser denominado SISTEMA DA DÍVIDA.

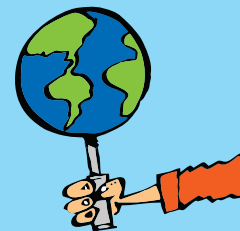
O pagamento da dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2005 foi um enorme prejuízo, pois os juros pagos eram de 4% e os títulos da dívida interna vendidos para fazer essa troca alcançaram 19%! Houve resgate antecipado de títulos da dívida externa com pagamento de ágio de até 70%! Quem paga uma conta antes de vencer e ainda paga ágio??? O Banco Central convida representantes do mercado financeiro para estimar variáveis (como juros e inflação) que depois são usadas pelo COPOM para definir a taxa básica de juros SELIC. Deixam a "raposa tomar conta do galinheiro".

Para piorar, os governos e parlamentares com diversas leis e PECs corta direitos constitucionais para que sobrem mais recursos para essa dívida!

AUDITORIAS PELO MUNDO AFORA

O Brasil não é o único país a exigir uma Auditoria da Dívida Pública, iniciativas semelhantes são debatidas e realizadas em outros países. A Grécia realizou uma Auditoria da Dívida, por iniciativa do Parlamento e com participação social, porém, as autoridades governamentais não tiveram coragem para colocar as recomendações feitas pela comissão em prática. Por isso, o país quebrou. Na França, Bélgica, Espanha, Portugal, entre outros países euro-

peus onde o salvamento de bancos gerou dívida "pública", a mobilização social tem organizado comitês de auditoria cidadã e reivindica sua realização pelo poder público. A Islândia realizou plebiscito popular e não aceitou a transformação dos prejuízos dos bancos em dívida "pública". O envolvimento de toda a sociedade permitiu a nacionalização de bancos, a expulsão e prisão de banqueiros e maior controle social sobre a destinação do dinheiro público.



ARGENTINA

O processo de endividamento argentino também é muito semelhante ao ocorrido em outros países latino-americanos. Desde 1970 a dívida serviu ao financiamento de governos ditatoriais e na década de 80 dívidas públicas e privadas foram transferidas a cargo do Banco Central. Em 2000, uma sentença judicial declarou que a dívida externa argentina era ilegítima, excessiva, sem justificativa econômica ou administrativa. Outras ações, em tramitação, foram ajuizadas para responsabilizar o FMI pelos crimes de lesa-humanidade cometidos durante a ditadura. A Bolívia promulgou nova constituição, onde o Estado é proibido de pagar dívida de bancos e empresas privadas.

PORTUGAL

Em dezembro de 2011, a Iniciativa por uma Auditoria à Dívida Pública, durante a Convenção de Lisboa, nomeou representantes da sociedade civil responsáveis por executar as tarefas da Comissão de Auditoria Cidadã.

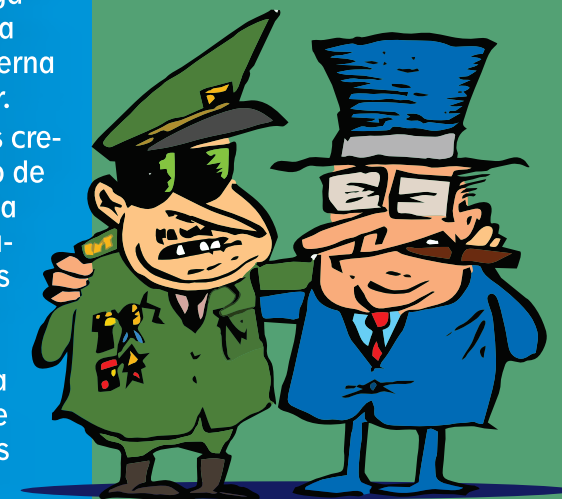
IRLANDA

Organizações civis e acadêmicas renomadas realizaram uma detalhada Auditoria Cidadã que apontou diversas ilegalidades e favorecimentos no pagamento da dívida externa da Irlanda.

EQUADOR

No Equador, em 2007, a Comissão para Auditoria Integral da Dívida Pública apresentou relatório com graves evidências de irregularidades e ilegalidades comprovadas por documentos. Com esses dados, o presidente Rafael Correa suspendeu o pagamento dos juros e fez a oferta para recomprar os títulos da dívida externa equatoriana por 30% de seu valor.

A proposta foi aceita por 95% dos credores, o que resultou na anulação de 70% dessa parte da dívida externa equatoriana junto a bancos privados internacionais. Estes recursos passaram a ser aplicados principalmente em Saúde e Educação. O processo de formação da dívida externa equatoriana é semelhante ao da brasileira e de outros países latino-americanos.



VOCÊ SABIA?

✓ Que, em 2016, conforme dados do SIAFI, foram destinados à Dívida Pública 43,94% do Orçamento Geral da União? Sim, isto é o equivalente a R\$ 1.130.214.530.970,80. A maior parte é referente ao pagamento de juros, embora parte desses juros estejam sendo contabilizados como se fosse amortização, como vem denunciando a Auditoria Cidadã da Dívida. Já a SAÚDE recebeu míseros 3,90% dos recursos, e o governo quer reduzir ainda mais os "gastos" com o Sistema Único de Saúde.

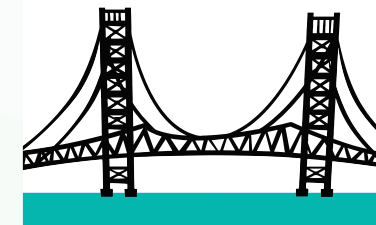
✓ Que o Brasil investiu 0,33% em Segurança Pública, em 2016? Foram apenas R\$ 8,4 bilhões investidos. Não é difícil entender a crise nos presídios brasileiros, assim. Além de má gestão, políticas públicas inadequadas e ultrapassadas, o valor repassado ao setor é muito baixo. A violência cresce e os dados são assustadores: 58.467 mortes violentas intencionais foram registradas no país, no mesmo ano, pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Destes óbitos, 54% eram jovens de 15 a 24 anos, sendo 73% pretos ou pardos. Por outro lado, não se toca na Dívida Pública! O governo age como se o assunto fosse intocável. Paga sem questionar.

✓ Que, no mesmo ano, a Educação teve somente 3,70% do Orçamento Geral da União? Mas o governo prefere fazer mudanças curriculares nas escolas. Falam que o estudante terá como optar pelas disciplinas que vai estudar. Só não explicam que estas opções variam em cada colégio. Que vai faltar professor de certas áreas do conhecimento e que muitos alunos terão que se mudar para ter as aulas que precisa.

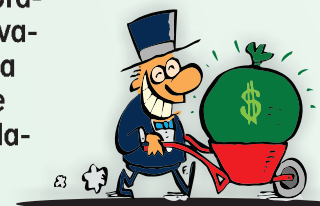
✓ Falta Saneamento Básico no Brasil e há anos. Também pudera, investir 0,02% do Orçamento Geral da União é garantia de doenças a mais por mera decisão de cortes de gastos. Em 2015, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades divulgou no "Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos" que 67,86% dos municípios são atendido com esgoto, e que apenas 74,02% é tratado. No período, o país ficou em 75º lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

E A DÍVIDA DE SANTA CATARINA?

O valor da dívida catarinense refinanciado pela União somou R\$ 3.580.536.813,34, em 2016, sendo 1.390.768.793,06 referentes a dívidas teoricamente contraídas pelo Estado e o restante, R\$2,19 bilhões, corresponderam aos passivos do BESC. Essa foi a condição exigida para a privatização do banco estadual. Os passivos do BESC viraram dívida "pública" do Estado e todo o povo de Santa Catarina paga essa conta. Na época, foi chamado de modelo de negócio! As condições do refinanciamento feito pela União foram tão onerosas que o Estado já pagou mais de R\$13 bilhões e ainda devia R\$ 9,02 bilhões em novembro/2016. O primeiro contrato de endividamento de SC foi efetuado para a construção da Ponte Hercílio Luz, cartão postal do Estado e de sua capital, Florianópolis, em 1922. O empréstimo foi quitado em 1978. A atual dívida é do final da década de 1970 e cresceu nas décadas de 80 e 90, com a contratação de empréstimos da dívida interna com o extinto BESC/BNH, BRDE, BADESC, BB, CEF. O estado também sofreu os impactos negativos da política monetária nacional no início dos anos 90, que praticou juros elevadíssimos, sob a justificativa de controlar a inflação.



Tese Catarinense - Diante do Decreto 8.816/201 (regulamenta mudanças na cobrança da dívida dos estados pela União), o estado ingressou com mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), para questionar a incidência de juros sobre juros (Anticicismo) nos cálculos da União. O STF chegou a deferir a liminar, mas não julgou a ação, embora sua própria Súmula 121 proíba o Anticicismo. Se for modificada a forma de cálculo para juros simples, a União é quem deve ao estado. Na sessão que deveria decidir sobre os cálculos dos juros da dívida pública, o STF suspendeu o julgamento do mandado de segurança e devolveu o tema para entendimento entre a União, os estados e o Congresso Nacional. Desse arranjo surgiu o Projeto de Lei (PLP) 257/2016. A União negocia acordos com alguns estados, como Rio de Janeiro. Estados já estão aprovando em suas assembleias locais projetos que implementam, na prática, as exigências do PLP 257, tais como restrição de contratação de servidores, reajustes salariais limitados, cortes em investimentos diversos, privatizações, etc.



FLORIANÓPOLIS TAMBÉM DEVE

No fim do ano de 2016, o então prefeito de Florianópolis, Cesar Souza Jr. apresentou a dívida do município com montante de R\$ 90 Milhões, em Audiência Pública. Já o recém-eleito, Gean Loureiro, anunciou que a cidade devia R\$ 1 bilhão! Depois falou valor menor (pouco mais de Meio Bilhão), e enviou pacote de 38 medidas emergenciais à Câmara de Vereadores

do Município para que fossem tratadas em regime de urgência, em comissão especial. A Dívida Consolidada, como é chamado o endividamento bruto pela prefeitura, estava em R\$ 589.167.403,88 no terceiro quadrimestre de 2015. Faltam dados no Portal da Transparência da Prefeitura, mas percebe-se que continua subindo muito em 2016.

Dívida Ativa não é cobrada

Já foram divulgadas listas com os 700 maiores devedores do município (Dívida Ativa), entre bancos, construtoras, hotéis, shoppings, figuras públicas, entre outros muito ricos. O valor total da Dívida Ativa

gira em torno de R\$ 1,5 bilhão! As administrações públicas deixam de arrecadar também com os incentivos fiscais, as deduções e o perdão de dívidas empresariais.

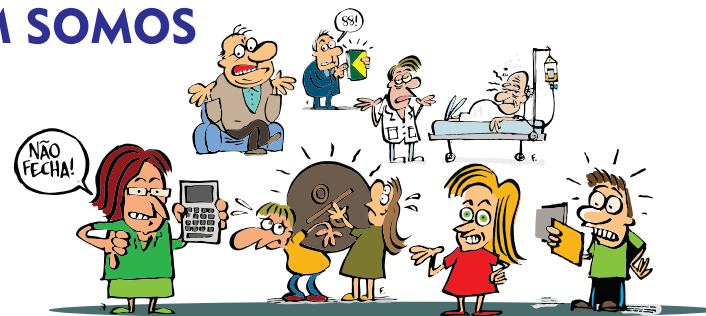
Pacotão de Maldades do prefeito Gean

Após aumentar a tarifa de ônibus acima da inflação, o Pacote de Maldades enviado ao Legislativo corta direitos dos servidores públicos municipais e piora o atendimento ao público. Prevê também corte de subsídio de cartões sociais (tipo de vale-transporte) de estudantes, idosos e

outros, incluindo o meio-passe estudantil. Por outro lado, dá licenças ambientais para grandes empreendimentos, reduz a fiscalização ao meio ambiente, e aumenta a dívida pública!



QUEM SOMOS



Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) é uma associação sem fins lucrativos que trabalha para popularização do debate sobre o endividamento público brasileiro e exige o cumprimento da Constituição Federal no que diz respeito à realização da auditoria da dívida. Desde o início do seu funcionamento em 2001 é coordenada pela auditora fiscal aposentada Maria Lucia Fattorelli, de forma totalmente voluntária e cidadã.

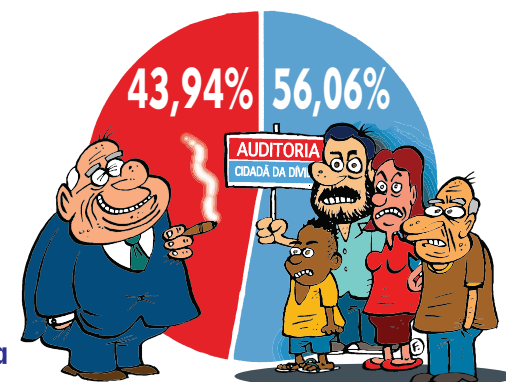
Aliás, todos os integrantes da ACD são voluntários. A ACD tem realizado estudos, publicações, eventos e atividades para mobilização de entidades da sociedade civil nacional e internacional. Em março de 2014, o Sindprevs/SC criou o Núcleo Catarinense de Auditoria Cidadã da Dívida. Ajude-nos a continuar nesta LUTA por uma AUDITORIA INTEGRAL E CIDADÃ da Dívida Pública brasileira! Contribua!

BANCO DO BRASIL

Agência 3476-2 Conta Corrente 227750
Auditoria Cidadã da Dívida
CNPJ: 12.537.204/0001-45

Endereço: SAS, Quadra 5, Bloco N,
1º andar – Brasília/DF
CEP 70438-900 – Ed. OAB Federal
Tel: (61) 2193 9731 – (61) 9 8147 1196

www.auditoriacidada.org.br
www.facebook.com/auditoriacidada.pagina



NÚCLEO CATARINENSE ACD/SC

E-mail: auditoriacidada.sc@gmail.com
SINDPREVS/SC – Rua Ângelo Laporta, nº 85, centro –
Florianópolis/SC
Tel: (48) 3224 7899
#Auditaessamaldita #AuditoriadaDívidaJá!